

## Resenha bibliográfica (I)

### Ensaio sôbre a história econômica da República Argentina

EDMAR BACHA

Díaz-Alejandro, Carlos F., *Essays on the Economic History of the Argentine Republic* (New Haven and London: Yale University Press, 1970), pp. i-xvii, 1-390 (texto), 391-542 (apêndice estatístico), 543-549 (índice remissivo).

Este volume enfeixa uma série de estudos patrocinados pelo *Economic Growth Center* da Universidade de Yale, dentro de seu programa de pesquisas de campo sôbre o desenvolvimento econômico recente de vinte e cinco países da Ásia, África e América Latina <sup>1</sup>.

No estudo, Carlos Díaz selecionou uma série de tópicos-problema, tratando-os sob a forma de ensaios individuais. Exceto pela ausência de uma "exploração do labirinto do setor público e de uma descrição de sua expansão histórica", termina-se a leitura dos sete ensaios que compõem o livro com uma boa visão panorâmica da estrutura e crescimento da economia argentina no século XX.

Os dois primeiros ensaios descrevem (em 67 e 75 páginas, respectivamente) a história moderna da economia argentina antes e depois de 1930. Aí, a dramática evolução desse país se apresenta clara e quantificada:

"É comum hoje em dia colocar-se a economia argentina na mesma categoria que outras nações latino-americanas. Alguns até mesmo a põem entre países subdesenvolvidos como a Ni-

<sup>1</sup> Na mesma coleção, já apareceram dois outros volumes sôbre a América Latina: — Werner Baer, *Industrialization and Economic Development in Brazil* (Homewood, Ill.: Richard D. Irwin, 1965). Traduzido para o português com o título: *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Rio: F.G.V., 1966) e Clark W. Reynolds, *The Mexican Economy: Twentieth-Century Structure and Growth* (New Haven and London: Yale University Press, 1970).

géria ou a Índia. Contudo, a maior parte dos economistas, escrevendo nas três primeiras décadas deste século, teria colocado a Argentina entre os países mais avançados, juntamente com a Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. Chamar a Argentina de “subdesenvolvida” no sentido moderno do termo seria ridículo. Não somente a renda *per capita* era elevada, mas, sua taxa de crescimento, uma das mais altas do mundo” (p. 1) .

O drama argentino consistiu na incapacidade de a economia viabilizar um projeto de desenvolvimento após a derrocada dos mercados externos na Grande Depressão, mercados esses que, até então, haviam permitido uma extraordinária expansão de seu setor rural e a criação de um incipiente mas promissor setor urbano-industrial exportador e alimentador de um mercado doméstico cada vez mais amplo. Durante a Depressão dos 30, seguida da Grande Guerra, entretanto, circunstâncias externas impediram o prosseguimento do modelo de crescimento “hacia afuera” e as políticas econômicas adotadas no pós-guerra terminaram por liquidar a possibilidade de a Argentina participar do ressurgimento da economia internacional a partir de 1945.

O terceiro ensaio focaliza o desenvolvimento do setor rural em mais detalhes, em 68 páginas. Dois grandes períodos são diferenciados: a “Grande Expansão”, de 1862 a 1930, e a “Estagnação Rural”, de 1930-1963. O primeiro período marca a participação da Argentina na expansão do comércio internacional, a qual lhe permitiu elevar a renda para 700 dólares *per capita* em 1930. No segundo período, observa-se tendência oposta: a taxa média de crescimento anual do setor rural é de apenas um por cento ao ano, taxa bem inferior à da expansão da população. Três possíveis causas da estagnação do setor rural são discutidas: a) o declínio da taxa privada de retorno, b) as barreiras impostas pelo modo de apropriação da terra, e c) a defasagem na tecnologia rural. Carlos Díaz traça um quadro histórico-quantitativo ao longo dessas indagações para concluir que, durante 1930-45, fatores exógenos (depressão e guerra), que reduziram a taxa de retorno, foram as principais causas da estagnação rural dos pampas. Durante 1945-55, as políticas econômicas do governo deprimiram ainda mais as perspec-

tivas das atividades rurais que produziam bens exportáveis. Destas políticas, a mais lamentável foi o abandono da extensão e pesquisa rural, que teriam permitido a mudança tecnológica a longo prazo. Apesar da fraca reação do setor rural à melhoria dos preços relativos após 1955, o autor conclui que o padrão de posse da terra não influenciou negativamente na capacidade de reação do setor rural aos estímulos econômicos. Nota, todavia, que a organização latifundiária gerou um rígido sistema de classes no campo, não permitindo o surgimento de uma classe média rural forte e ativa, como nos EUA. Nesta estrutura de classes estaria a origem da instabilidade política do pós-guerra, que condicionou o tipo de política econômica adotada, a qual, por sua vez, foi causa imediata das dificuldades econômicas surgidas no período.

O quarto ensaio (de 70 páginas) analisa os estágios da industrialização da Argentina, sendo a primeira parte referente à industrialização antes e depois de 1930. O primeiro período testemunhou um progresso industrial modesto, atribuído à expansão das exportações. Estima o autor que, antes de 1930, entre 15 a 20 por cento da produção industrial era exportada, provindo as exportações de setores de processamento e transformação de recursos naturais abundantes. No segundo período, a industrialização processou-se de maneira mais intensa: enquanto o Produto Doméstico Bruto (PDB) crescia a uma taxa de 2,9 por cento ao ano entre 1925-29 e 1957-61, as manufaturas se expandiram a uma taxa anual de 4,1 por cento. Dois estágios são diferenciados nesse período:

“o grosso da substituição de importações antes de 1948-50 foi feito pelas indústrias têxteis e outros ramos leves, enquanto que, desde 1948-50, mais de dois terços da substituição de importações se processaram nas indústrias metalúrgicas” (p. 231).

No segundo estágio, também assumiram importância as indústrias químicas e de refino de petróleo. Ao avaliar as políticas de industrialização, o autor argüi que a aversão do regime peronista ao capital estrangeiro retardou o crescimento industrial do país. Por outro lado, critica as políticas abertas ao capital estrangeiro adotadas após Peron, por seu caráter protecionista, duvidando mes-

mo que a combinação de alta proteção com investimentos estrangeiros tenha deixado o país em melhores condições do que estaria numa situação de menor proteção e menos investimentos estrangeiros substituidores de importação. Critica, ainda, a política peronista por ter levado a uma fragmentação do setor industrial em estabelecimentos absorvedores de mão-de-obra, mas de pequena escala, e que, fortemente protegidos da concorrência externa, além de serem ineficientes se tornaram avessos ao progresso tecnológico. A tese básica do autor é que:

*“dada a decisão de não promover as exportações sejam de bens agrícolas sejam industriais, a ênfase no imediato pós-guerra em indústrias leves foi errada, e uma política criativa deveria ter-se preocupado mais com indústrias mais complexas”* (p. 270).

Isto porque, à falta de um setor que produzisse indiretamente bens de capital, como as indústrias exportadoras, o crescimento do país exigia a presença de uma indústria de bens de capital e não de uma produtora de bens de consumo.

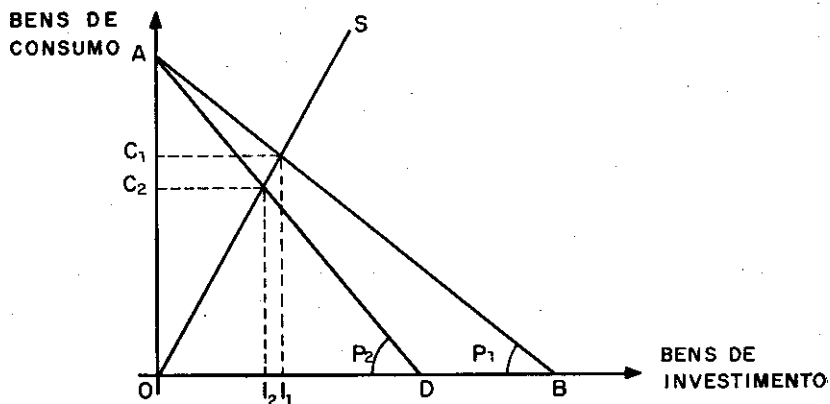
O quinto ensaio (32 páginas), que “deve ser interpretado como uma longa nota de rodapé aos ensaios 1, 2 e 4”, historia a evolução da tarifa aduaneira no período 1906-1940, concluindo, após laboriosa investigação histórico-quantitativa, ser infundada a crença popular de que a indústria doméstica foi pouco protegida nos anos 30. Segundo alega o autor, os resultados desse ensaio ressaltam a necessidade de se proceder a um reexame sistemático de crenças sobre a história econômica não só da Argentina como de toda América Latina, as quais quase sempre se baseiam somente em repetição freqüente.

O sexto ensaio, intitulado “Preços Relativos, Industrialização e Formação de Capital”, propõe-se a analisar ao longo de 43 páginas o paradoxo de a economia argentina no período 1944-55 ter crescido a uma taxa anual de apenas 3 por cento, quando os investimentos fixos brutos representaram nada menos que 20 por cento do PNB, ambos medidos a preços correntes. O paradoxo, segundo o autor, explica-se por uma significativa elevação dos preços rela-

tivos dos bens de capital desde a Grande Guerra. Se o investimento bruto e o GNP se expressam a preços de 1935-38, o coeficiente de investimento fixo bruto cai de 20 para 13 por cento no período do pós-guerra. De acordo com Díaz, a alta de preços dos bens de capital se explica por uma combinação dos efeitos da guerra e de políticas domésticas que aguçaram o impacto da escassez de divisas sobre a economia, tornaram as importações de bens de capital, especialmente as de equipamento de transporte, marginais na pauta das importações, não desenvolveram uma indústria doméstica viável de equipamentos, e deterioraram a produtividade da indústria de construção através de uma legislação trabalhista asfixiante.

Carlos Díaz, entretanto, insiste em afirmar que, ainda que o aumento da taxa de inversão no pós-guerra se deva quase exclusivamente à alta dos preços relativos dos bens de capital, este aumento refletiria uma elevação do esforço real de poupança da economia, pois este "se deve definir em termos de quantas unidades de bens de consumo devem ser abandonadas para obter uma unidade de bens de investimento" (p. 311). Sem embargo, o significado deste conceito é de difícil apreensão. Considere-se o diagrama abaixo, medindo na vertical unidades de bens de consumo e, na horizontal, unidades de bens de investimento. A curva AB representa a capacidade inicial de a economia transformar bens de consumo em bens de investimento (através da exportação, digamos). A curva AD mede a capacidade de transformação reduzida devido à escassez de divisas e à queda da produtividade da indústria doméstica de bens de capital.

As tangentes dos complementos dos ângulos de AB e AD com o eixo horizontal,  $p_1$  e  $p_2$ , medem os preços dos bens de investimento em termos dos bens de consumo, antes e depois da deterioração da capacidade de transformação da economia, respectivamente. Suponha-se que a taxa de poupança permaneça constante. Isto somente pode significar que a relação entre a absorção de bens de consumo e de investimento permanece fixa, situando-se sempre ao longo de um raio partindo da origem, como OS. Se, empiricamente, medirmos a taxa de poupança usando a relação entre investimento e consumo a preços constantes, ou preços-base, teremos, antes da deterioração,  $I_1 p_1 / C_1$  e, depois dela,  $I_2 p_1 / C_2$ . Essas duas expressões são



iguais porque  $I_1/C_1 = I_2/C_2$ . Já se medirmos a taxa de poupança a preços correntes, como quer Díaz, teremos, antes,  $I_1p_1/C_1$  e, depois,  $I_2p_2/C_2$ , sendo o último quociente maior que o primeiro pela proporção de elevação de preços. Contudo, como a proporção do consumo na absorção total é a mesma antes como depois da queda da capacidade de transformação, esta medida de poupança a “preços correntes” não parece fazer sentido. Aliás, a falta de conteúdo analítico da medida a preços correntes parece, afinal, ser reconhecida por Díaz ao afirmar, após uma tentativa frustrada de identificar os grupos que aumentaram seu esforço de poupança, que uma situação mais folgada no balanço de pagamentos “reduziria os preços relativos dos bens de capital levando a uma diminuição tanto na taxa de poupança (medida a preços correntes) quanto no nível real de formação de capital” (p. 350). Assim, o aumento da taxa de poupança é uma ficção monetária, que, na variação de preços, é feita e desfeita.

O último ensaio, de 41 páginas, analisa os ciclos econômicos e a inflação no pós-guerra. O modesto crescimento da Argentina nesse período processou-se de maneira descontínua e com significativa alta de preços. Nos vinte e um anos decorridos entre 1945 e 1966 nada menos do que em nove anos houve uma queda do PDB *per capita* e, em nove outros, aumentos superiores a seis por cento, numa média anual de crescimento de 3,1 por cento, número êste de que poucos anos se aproximaram. O estrangulamento externo aparece como o vilão da história, atuando como um freio ao crescimento não

de uma maneira suave e contínua, mas através de crises cambiais severas cada três ou quatro anos. Na análise da inflação, o autor nota que, antes de 1929, o desempenho argentino quanto à estabilidade de preços foi melhor do que o do Canadá ou EUA. Nos anos trinta, as políticas adotadas geraram uma leve pressão inflacionária, que foi acentuada pela guerra. A partir de 49, a inflação tomou um caráter mais virulento, com variações acentuadas na taxa de crescimento de preços de ano para ano, estabilizando-se mais recentemente (1962-66) em um nível de cerca de 26 por cento ao ano. A dinâmica de inflação é examinada com um modelo econométrico aplicado pelo Prof. Harberger ao Chile, do qual o autor conclui que:

“Ainda que seja tolo dizer que a moeda não fez diferença na inflação argentina durante 1956-65 ... as regressões implicam que, no total, os elementos de elevação de custos (aumentos salariais e desvalorizações) desempenharam um papel ativo no processo inflacionário, enquanto que a expansão monetária teve um papel mais passivo” (p. 373) .

Antecipando-se a críticas monetaristas a esta conclusão, Díaz pitorescamente salienta que, ao comentário de que nunca houve uma inflação longa sem aumentos de oferta de moeda, pode-se responder que também nunca houve tal inflação sem aumento da taxa de salários, da taxa de câmbio, etc. O autor acredita também que os efeitos benéficos da inflação foram poucos e que o melhor que se pode dizer do processo inflacionário é que seus efeitos maléficos se deveram não tanto à elevação de preços em si, mas ao fato de que a política oficial escolheu uns poucos preços para controle esporádico, deixando outros subirem livremente, assim distorcendo e ampliando a variabilidade dos preços relativos. O autor identifica as raízes de inflação nas políticas adotadas na segunda metade dos anos 40 para redistribuir a renda do setor rural exportador para o setor urbano, especialmente para os assalariados. O realinhamento de preços posterior a 1955, realizado por governos fracos, sob grandes pressões de diferentes grupos sociais, terminou por acelerar a inflação, dada também a debilidade da maquinaria fiscal do governo.

No prefácio do livro, Díaz defende-se de acusações de que suas interpretações seriam “reacionárias”, por fazerem a Argentina anterior a Peron parecer muito rósea, sendo também desnecessariamente críticas à *performance* de Peron. Sem embargo, a riqueza de informação histórica propiciada pelos ensaios permite ao leitor formular seus próprios julgamentos sobre os eventos descritos. Na verdade, parece óbvio que as políticas peronistas foram desastrosas para a economia argentina. O que caberia melhor analisar, entretanto, seria o interrelacionamento dessas políticas com a estrutura social subjacente ao regime peronista e a relação desta estrutura com a evolução anterior da economia. Nesse sentido, o que se pode lamentar é que os passos do autor nessa direção sejam poucos e tímidos, e não tanto que suas interpretações possam parecer “reacionárias”.

O conjunto de ensaios representa um esforço ímpar e bem sucedido de combinação de elementos de análise histórica qualitativa, produção e interpretação de dados estatísticos, e utilização de ferramentas econométricas, na descrição e interpretação da história econômica moderna. O sucesso da análise repousa exatamente na arte do autor em dosar esses elementos metodológicos. Indiscutivelmente, com esta obra Díaz estabelece novos padrões na historiografia econômica da América Latina. Se futuras análises históricas corresponderem aos padrões estabelecidos, pode-se esperar que, enfim, seja dissipada a penumbra que encobre o passado de nossas economias.

Esta resenha não se poderia encerrar sem duas referências à apresentação do volume. A primeira, um elogio ao belíssimo desenho de Jose Ramón Díaz Alejandro, que ilustra a capa do livro. A segunda, a crítica ao trabalho editorial da Yale Economic Press, que, depois de um belo esforço de composição gráfica, deixa o leitor sem qualquer índice das 136 tabelas que compõem o utilíssimo apêndice estatístico do volume, e também sem qualquer sumário do conteúdo dos ensaios.